

Programa Analítico de Disciplina

DIR 622 - Processo e Processualidade como locus para o exercício da democracia, da cidadania e como ferramenta de controle das decisões estatais no Estado de Direito Democrático

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catálogo: 2024

Número de créditos: 3

Carga horária semestral: 45h

Carga horária semanal teórica: 3h

Carga horária semanal prática: 0h

Semestres: I e II

Ementa

Poder e funções do Estado no Estado Democrático de Direito
Modelos de Estado Ativo e de Estado Reativo
Sistemas processuais
Modelo constitucional de processo como metodologia de garantia de direitos fundamentais
Acesso à Justiça em conformidade com o Modelo Constitucional de Processo
Processualidade democrática como metodologia de construção e controle de políticas públicas

Conteúdo

Unidade	T	P	To
1. Poder e funções do Estado no Estado Democrático de Direito 1. Rediscutindo os conceitos de Poder e de Estado Democrático de Direito Compreendendo as funções estatais sob o marco do Estado Democrático de Direito A função jurisdicional no Estado Democrático de Direito	6h	0h	6h
2. Modelos de Estado Ativo e de Estado Reativo 1. Compreendendo os conceitos de Estado Ativo e de Estado Reativo: uma nova metodologia de análise comparada no campo da Teoria do Estado e do Direito Processual	6h	0h	6h
3. Sistemas processuais 1. Fundamentos teóricos para o estabelecimento dos sistemas processuais Sistema inquisitivo de processo Inquisitoriedade clássica Neoinquisitoriedade	9h	0h	9h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L5CE.XIBH.5FXG

<p>Sistema acusatório de processo</p> <p>Acusatoriedade clássica</p> <p>Nova acusatoriedade ou acusatoriedade enquanto adversariedade</p>			
<p>4. Modelo constitucional de processo como metodologia de garantia de direitos fundamentais</p> <p>1. Fundamentos e elementos do modelo constitucional de processo O processo enquanto metodologia de garantia de direitos fundamentais</p> <p>A construção da decisão estatal processualizada sob o modelo constitucional de processo</p>	9h	0h	9h
<p>5. Acesso à Justiça em conformidade com o Modelo Constitucional de Processo</p> <p>1. As ondas de acesso à Justiça de Mauro Cappelletti a partir do Projeto Firenze Ressemantizando do conceito de acesso à Justiça: para além da confusão entre justiça e jurisdição, justiça e judicatura e justiça e decisão concreta.</p> <p>Métodos alternativos de acesso à Justiça enquanto políticas públicas estatais</p>	9h	0h	9h
<p>6. Processualidade democrática como metodologia de construção e controle de políticas públicas</p> <p>1. Aplicando os conceitos de processo constitucional ao procedimento de elaboração de políticas públicas Processualidade democrática como técnica e método de controle, fiscalização e validação de políticas públicas</p>	6h	0h	6h
Total	45h	0h	45h

Teórica (T); Prática (P); Total (To);

DIR 622 - Processo e Processualidade como locus para o exercício da democracia, da cidadania e como ferramenta de controle das decisões estatais no Estado de Direito Democrático

Bibliografias básicas

Descrição	Exemplares
BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.	1
GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.	1
MULLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann, revisão de Paulo Bonavides. São Paulo: Max Limonad, 2003.	1
POSTIGO, Leonel Gonzalés (org). Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual no Brasil. Santiago: CEJA-JSCA, 2017.	1
Direito constitucional e a teoria da constituição - 5. ed. / c2017 - (Livros) DEL NEGRI, André. Direito constitucional e a teoria da constituição. 5. ed. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2017.	2
DEL NEGRI, André. Discricionariedade e autoritarismo: o que fica oculto na decisão que impede o direito de informação? Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2019	1
DEL NEGRI, André. Segredo de estado no Brasil. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2016.	1

Bibliografias complementares

Descrição	Exemplares
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.	0
ANDOLINA, Ítalo; VIGNERA, Giuseppe. Il modello costituzionale de processo civile italiano: corso di lezioni. Torino: Giappichelli, 1990.	0
GALUPPO, Marcelo Campos (org.). O Brasil que queremos: reflexões sobre o Estado democrático de direito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.	0
CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito Processual Constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.	0
DAMASKA, Mirjan R. Las caras de la justicia y el poder del Estado: análisis comparado del proceso legal. Tradução de Andrea Morales Vidal. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2000.	0
FAZZALARI, Elio. Instituições de Direito Processual. Tradução de Eliane Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.	0
MILETTI, Marco Nicola. Un vestito per Cenerentola. L'identità del diritto processuale penale all'alba dela Repubblica. In: In: NEGRI, Daniele; PIFFERI, Michele (org.). Diritti individuali e processo penale nell'Italia Repubblicana: material dall'incontro di studio Ferrara, 12-13 novembre 2010. Milão: Giuffrè, 2010, p.363-393.	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L5CE.XIBH.5FXG

NEGRI, André Luis del. Processo constitucional e decisão interna corporis. Belo Horizonte: Fórum, 2011.	0
NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático. 1. ed. 4. reimp. Curitiba: Juruá, 2012.	0
SILVA, Fernando Laércio Alves da. Processo Constitucional: o processo como locus devido para o exercício da democracia. Revista Jurídica Luso Brasileira. v.1, n. 6, p.365 - 404, 2015.	0
STRECK, Lênio Luiz, Jurisdição constitucional e decisão jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	0

Syllabus

DIR 622 - Process and Procedurality as a locus for the exercise of democracy, citizenship and as a tool for controlling state decisions in the Democratic Rule of Law

Departamento de Direito - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Catalog: 2024

Number of credits: 3

Total hours: 45h

Weekly workload - Theoretical: 3h

Weekly workload - Practical: 0h

Period: I e II

Content

Power and functions of the State in the Democratic Rule of Law

Active State and Reactive State Models

Procedural systems

Constitutional process model as a methodology for guaranteeing fundamental rights

Access to Justice in accordance with the Constitutional Process Model

Democratic procedurality as a methodology for constructing and controlling public policies

Course program

Unit	T	P	To
<p>1. Power and functions of the State in the Democratic Rule of Law</p> <p>1. Re-discussing the concepts of Power and the Democratic Rule of Law Understanding state functions under the framework of the Democratic Rule of Law</p> <p>The jurisdictional function in the Democratic State of Law</p>	6h	0h	6h
<p>2. Active State and Reactive State Models</p> <p>1. Understanding the concepts of Active State and Reactive State: a new comparative analysis methodology in the field of State Theory and Procedural Law</p>	6h	0h	6h
<p>3. Procedural systems</p> <p>1. Theoretical foundations for establishing procedural systems</p>	9h	0h	9h

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L5CE.XIBH.5FXG

<p>Inquisitive process system</p> <p>Classical inquisitorship</p> <p>Neoinquisitorship</p> <p>Accusatory process system</p> <p>Classic accusation</p> <p>New accusation or accusation as adversarial</p>			
<p>4. Constitutional process model as a methodology for guaranteeing fundamental rights</p> <p>1. Fundamentals and elements of the constitutional process model The process as a methodology for guaranteeing fundamental rights</p> <p>The construction of the state decision proceduralized under the constitutional process model</p>	9h	0h	9h
<p>5. Access to Justice in accordance with the Constitutional Process Model</p> <p>1. The waves of access to Justice by Mauro Cappelletti from the Firenze Project Resemanticizing the concept of access to Justice: beyond the confusion between justice and jurisdiction, justice and judicature and justice and concrete decision.</p> <p>Alternative methods of access to Justice as state public policies</p>	9h	0h	9h
<p>6. Democratic proceduralism as a methodology for constructing and controlling public policies</p> <p>1. Applying the concepts of constitutional process to the procedure for developing public policies Democratic proceduralism as a technique and method of control, inspection and validation of public policies</p>	6h	0h	6h
Total	45h	0h	45h

Theoretical (T); Practical (P); Total (To);

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L5CE.XIBH.5FXG

DIR 622 - Process and Procedurality as a locus for the exercise of democracy, citizenship and as a tool for controlling state decisions in the Democratic Rule of Law

Fundamental references	
Description	Copies
BARACHO, Jose Alfredo de Oliveira. Processo constitucional. Rio de Janeiro: Forense, 1984.	1
GONÇALVES, Aroldo Plínio. Técnica processual e teoria do processo. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.	1
MULLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia. Tradução de Peter Naumann, revisão de Paulo Bonavides. São Paulo: Max Limonad, 2003.	1
POSTIGO, Leonel Gonzalés (org). Desafiando a inquisição: ideias e propostas para a reforma processual no Brasil. Santiago: CEJA-JSCA, 2017.	1
Direito constitucional e a teoria da constituição - 5. ed. / c2017 - (Livros) DEL NEGRI, André. Direito constitucional e a teoria da constituição. 5. ed. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2017.	2
DEL NEGRI, André. Discricionariedade e autoritarismo: o que fica oculto na decisão que impede o direito de informação? Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2019	1
DEL NEGRI, André. Segredo de estado no Brasil. Belo Horizonte, MG: D'Plácido, 2016.	1

Complementary references	
Description	Copies
ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.	0
ANDOLINA, Ítalo; VIGNERA, Giuseppe. Il modelo costituzionale de processo civile italiano: corso di lezioni. Torino: Giappichelli, 1990.	0
GALUPPO, Marcelo Campos (org.). O Brasil que queremos: reflexões sobre o Estado democrático de direito. Belo Horizonte: PUC Minas, 2006.	0
CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. Direito Processual Constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.	0
DAMASKA, Mirjan R. Las caras de la justicia y el poder del Estado: análisis comparado del proceso legal. Tradução de Andrea Morales Vidal. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 2000.	0
FAZZALARI, Elio. Instituições de Direito Processual. Tradução de Eliane Nassif. Campinas: Bookseller, 2006.	0
MILETTI, Marco Nicola. Un vestido per Cenerentola. L'identità del diritto processuale penale all'alba dela Repubblica. In: In: NEGRI, Daniele; PIFFERI, Michele (org.). Diritti individuali e processo penale nell'Italia Repubblicana: material dall'incontro di studio Ferrara, 12-13 novembre 2010. Milão: Giuffrè, 2010, p.363-393.	0
NEGRI, André Luis del. Processo constitucional e decisão interna corporis. Belo Horizonte:	0

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://siadoc.ufv.br/validar-documento> com o código: L5CE.XIBH.5FXG

Fórum, 2011.	
NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático. 1. ed. 4. reimp. Curitiba: Juruá, 2012.	0
SILVA, Fernando Laércio Alves da. Processo Constitucional: o processo como locus devido para o exercício da democracia. Revista Jurídica Luso Brasileira. v.1, n. 6, p.365 - 404, 2015.	0
STRECK, Lênio Luiz, Jurisdição constitucional e decisão jurídica. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.	0